

A cobertura parcial e alinhada do Jornal Nacional sobre a intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro¹

Márcia Guena dos SANTOS²

Céres SANTOS³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo

Este artigo faz uma análise da cobertura jornalística realizada pelo Jornal Nacional em duas datas específicas que marcaram o lançamento e a cerimônia de encerramento da intervenção militar no Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 2018 e 27 de dezembro de 2018, respectivamente. A discussão tem o propósito de identificar a imparcialidade ou não desse telejornal. O artigo faz um levantamento quanti-qualitativo para mapear a quantidade e o tempo de duração das matérias e fontes veiculadas no telejornal nas datas já citadas; observa o enquadramento adotado e, só então, analisa o conteúdo das matérias. Para isso, recorremos a autores que tratam sobre *newsmaking* e Análise Crítica do Discurso. Fazemos ainda uma breve contextualização sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Intervenção Militar; fontes jornalísticas; Análise Crítica do Discurso; *newsmaking*.

Introdução

A intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, ou melhor, a Intervenção Militar, foi determinada pelo então presidente Michel Temer no dia 15 de fevereiro de 2018, através do decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018 – aprovado por maioria pela Câmara e pelo Senado, no dia 20 de fevereiro de 2018 - partindo de um expediente constitucional, contido no Artigo 34 da Constituição Federal (GIF, 2019). O encerramento se deu em 31 de dezembro de 2018, totalizando 320 dias de controle da segurança pública pelo General do Exército Walter Souza Braga Neto, sendo que a

¹ Trabalho apresentado no DT 7 Comunicação, Espaço e Cidadania, GP Comunicação para a cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em História pela Universidade de Complutense de Madrid/Espanha. Mestre em Integração da América Latina, pela USP. Jornalista (ECA-USP) e docente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas (DCH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marciaguena@gmail.com

³ Discente do Curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM – USP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Jornalista (PUC-RS) e docente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas (DCH), da UNEB. E-mail: cerasantos3@gmail.com.

cerimônia oficial de encerramento foi realizada no dia 27 de dezembro. Durante a divulgação do balanço final, o Gabinete de Intervenção Federal (GIF) fez uma avaliação otimista dos resultados da operação (GIF, 2019).

Já o saldo divulgado por institutos e grupos de pesquisas, como o Observatório da Intervenção, Fogo Cruzado e pelas comunidades que estiveram na mira dos interventores, foi negativo. Há uma profusão de materiais e análises disponíveis sobre esses dados na *internet*. Porém, neste artigo não nos deteremos exatamente nos números resultantes da intervenção. Interessamos avaliar como um dos telejornais de maior audiência do país, o Jornal Nacional, tratou a questão; se contemplou a pluralidade de vozes envolvidas e qual foi o enfoque dado às reportagens veiculadas no lançamento (16 de fevereiro de 2018) e no dia da cerimônia de encerramento da operação (em 27 de dezembro do mesmo ano). Aliás, a ação foi encerrada com uma cerimônia onde estiveram presentes o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, o interventor, general Braga Netto, e o ministro da Justiça, Torquato Jardim (ALVES, 2018).

A grande polêmica nos jornais do dia se deu em torno do tom ufanista do General Braga Netto ao anunciar o “sucesso da operação”, decorrente da redução de roubos no Estado, inclusive, de cargas, e das melhorias materiais e administrativas nos órgãos de segurança, sem destacar o aumento dos tiroteios e o crescimento das mortes provocadas pelos agentes da segurança pública.

Avaliações do Observatório da Intervenção

O Observatório da Intervenção, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes analisou dados oriundos de diversas fontes durante os 10 meses de intervenção federal no Rio de Janeiro “para avaliar os resultados da gestão do GIF. A conclusão é que a interferência dos militares e a injeção de R\$ 1,2 bilhão de recursos federais não produziram mudanças significativas na segurança pública do Rio”, conclui o relatório especial intitulado “Intervenção federal: um modelo para não copiar” (RAMOS, 2019, p.3).

Esse foi o terceiro relatório elaborado pelo Observatório da Intervenção, resultado de um trabalho em parceria com Fogo Cruzado – “um laboratório de dados, uma plataforma digital colaborativa que registra violência armada nas regiões metropolitanas do Rio e do Recife através de um aplicativo de tecnologia mobile combinado a um banco de dados” (FOGO CRUZADO, 2019) - da Defensoria Pública, do Coletivo de Favelas, pesquisadores e ativistas. Com a sua publicação, o Observatório encerrou suas atividades e afirmou que o “o Rio precisa de políticas consistentes e duradouras, que coloquem a

vida em primeiro lugar”. O observatório contou com um importante conselho de ativistas de favela: “o nosso papel era pautar as narrativas e dar materialidade aos dados apresentados pelos excelentes pesquisadores do Observatório da Intervenção. Eles produziam os dados, que para nós, conselheiros periféricos, eram fatos, histórias, pessoas com nomes e sobrenomes” (TEIXEIRA, 2019, p. 18).

O Observatório também montou uma estratégia de comunicação a partir de *cards* com perguntas e infográficos divulgados nas redes sociais, questionando informações e dados oficiais emitidos pelo Gabinete de Intervenção Federal (GIF) que foram enviados a formadores de opinião, como jornalistas, blogueiros etc. Realizaram uma ação junto a imprensa, enviando análises e sugerindo fontes diferenciadas. O objetivo era incentivar um jornalismo plural e aprofundar o debate sobre segurança pública: “grande parte das notícias sobre violência, crime e segurança pública ainda se resume a informações e declarações de policiais, secretários e outros agentes públicos” (PAIVA, 2019, p.21).

Parte dos dados analisados pelo Observatório foram oriundos das “operações policiais; dados sobre registros criminais oficiais, do Instituto de Segurança Pública (ISP); e números de disparos e trocas de tiros compilados pelo laboratório de dados Fogo Cruzado” (RAMOS, 2019, p. 4). O Observatório recorreu a dezenas de outras fontes:

as contas oficiais das polícias e de outros órgãos de segurança nas redes sociais, bem como do Gabinete de Intervenção (GIF); os principais jornais brasileiros e fluminenses; sites de jornais e mídias alternativas; páginas de bairros no Facebook; e uma rede de ativistas de diferentes favelas de toda a Região Metropolitana. Todas as informações foram confrontadas com diferentes fontes e só foram registradas depois da validação e da revisão da equipe. (NUNES, 2019, p.14)

O Observatório também recorreu a órgãos públicos para solicitar informações, porém das 172 solicitações realizadas, 84 foram para órgãos estaduais e apenas 9 do total geral foi respondida. Desta forma foi desrespeitada a Lei de Acesso a Informação (LAI) “que estabelece o prazo de 10 dias, prorrogáveis por mais 10, para a resposta do órgão público” (NUNES, 2019, p.14).

O relatório aponta que a intervenção não priorizou o “combate a letalidade violenta”. Assim, houve uma ligeira redução, 1,7%, de pessoas mortas por “meio de homicídios dolosos, latrocínios, mortes por intervenção de agentes do Estado e lesão corporal seguida de morte – categorias que compõem o indicador letalidade – totalizando o elevado número de 6.041. Porém, as mortes por intervenção de agentes do Estado cresceu 33,6% em relação ao mesmo período de 2017, com 1.375 mortos, com registros

diferenciados de acordo com a região do Estado: “Mas foi na Baixada Fluminense e no Interior que ocorreram as maiores altas: +60,8% e +82,6%, respectivamente. As duas regiões responderam por quase metade (48,9%) de todas as mortes por agentes do Estado durante a intervenção” (NUNES, 2019, p.6). Esse aspecto aponta para os abismos sociais e abordagens diferenciadas ocorridas no tecido urbano. Com relação aos crimes contra o patrimônio houve uma redução. Porém, o relatório aponta a desigualdade das estatísticas no Estado. Enquanto na capital e Baixada Fluminense os índices são favoráveis, no interior do Estado as estatísticas são sempre negativas, com um aumento de 13% nos roubos contra 1% na outra região.

No item operações e tiroteio, foram analisadas 771 operações, sendo que 30% delas foram conjuntas, envolvendo Forças Armadas, as polícias Militar e Civil (IBIDEM, p. 10). “O laboratório de dados Fogo Cruzado registrou um total de 8.613 tiroteios e disparos de armas de fogo durante a intervenção, um aumento de +56,6% em relação ao mesmo período de 2017” (NUNES, 2019, p.11).

O relatório ainda trata da apreensão de armas e munições, disparos e trocas de tiro. Um caso de grande repercussão foi a ocupação da Vila Kennedy, ocorrido nos primeiros meses da intervenção, terminando o ano com índices de violência alarmantes: 17% de aumento nos homicídios dolosos e 174% no registro de troca de tiros e disparos. O relatório aponta que o mês de agosto foi o de maior ocorrência, com grande concentração de disparos e mortes nas chamadas áreas de periculosidade, mantendo o antigo padrão de combate à violência (SILVA, 2019, p.12-13).

Por conseguinte, se deve questionar: para quem o discurso de “sucesso” da intervenção federal faz sentido? Pois, como demonstrado acima, é impossível falar de “sucesso” em favelas e regiões periféricas, devido ao altíssimo número de pessoas mortas pela polícia; o aumento exponencial do número de tiroteios; e, pelo fato dos interventores não terem priorizado a proteção à vida, repetindo erros históricos na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. (SILVA, 2019, p.12-13).

O Observatório também acompanhou a execução dos gastos a partir de duas fontes oficiais: O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e o Diário Oficial da União (DOU). A análise aponta para a falta de planejamento, pois os primeiros empenhos só foram feitos em junho e os primeiros pagamentos em julho. Em novembro, apenas 39% dos recursos estavam empenhados. Ou seja, no último mês conseguiram chegar até 97% do recurso empenhado. Mas até o final do ano só 10% foi “pago e liquidado”, ficando

R\$ 1 bilhão em restos a pagar para 2019 (DUTRA, 2019, p. 14). A autora ainda reflete sobre a falta de transparência na execução desses recursos e a ausência de mecanismos de monitoramento, dificultando a avaliação da eficácia da operação.

O assassinato de Marielle também foi analisado com o título “O assassinato de Marielle também atingiu a democracia e os direitos humanos no Brasil”. (NEDER, 2019, p.) Marielle e o motorista foram mortos a tiros no dia 18 de março, no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Ativista dos Direitos Humanos, Marielle foi a quinta deputada mais votada nas eleições de 2016 e era Relatora da Comissão Representativa da Câmara de Vereadores, criada para monitorar a Intervenção Federal. O Observatório traz alguns detalhes sobre o armamento utilizada na morte da vereadora bem como os problemas durante a investigação.

Ao final, a coordenadora do Observatório da Intervenção elenca 16 ítems intitulados “O que aprendemos com a intervenção”, reavaliando, sucintamente, toda a operação e, no último, afirma que “O Rio precisa de políticas que colequem a vida em primeiro lugar. Esa foi “uma chance perdida de estabelecer essa prioridade e mudar o contexto da segurança pública no Estado” (RAMOS, 2019, p. 35).

Aspectos metodológicos

Nesse artigo executamos uma coleta quanti-qualitativa nos dois telejornais, como tempo de duração dos programas, das matérias, das fontes veiculadas sobre o tema; na cobertura dos dois jornais da TV Globo. Após essa apuração, utilizamos a proposta de Análise Crítica do Discurso (ACD) para, então, explorar os dados.

Diehl (2004) informa que a pesquisa quantitativa se presta a quantificar dados, informações, podendo ser associada a técnicas estatísticas, de forma a se evitar distorções tanto de análise quanto de interpretação. Já a pesquisa qualitativa para o autor, tem a capacidade de descrever a complexidade de certo problema e, para isso, necessita da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos. Este método se diferencia do quantitativo, uma vez que não recorre à medição, mas sim a interpretação dos dados aferidos.

Já a escolha pela proposta de Dijk (2015), da Análise Crítica do Discurso (ACD), decorre, principalmente, do fato de que se adequa para estudos sobre a veiculação de discursos na mídia, que tem pressupostos decorrentes de um modelo hierárquico de exercício de poder, presente, também, em outras áreas da sociedade e, por isso, torna-se necessário o

conhecimento desses mecanismos e suas práticas para termos uma noção da força e impacto de suas influências no cotidiano.

Nesse sentido, a ACD contribui para a identificação das pessoas, grupos e instituições que têm acesso preferencial aos discursos midiáticos. Dijk (2015) denomina esses grupos privilegiados de ‘elites simbólicas’, os que têm suas práticas discursivas legitimadas e autorizadas socialmente. Entende o autor que “para controlar mentes e corações, o orador precisa dos meios, no caso, da mídia, que lhe garantam um alcance para atingir um público cada vez maior” (Dijk, 2015, p. 119).

Ainda segundo Dijk (IBIDEM) essa autorização viabiliza um acesso “mais ou menos exclusivo a um ou mais tipos de discursos públicos, exercendo controle sobre esses tipos”. No caso das mídias, elas são, segundo Dijk (2015), o meio apropriado para alcançar as massas e, assim, o poder. Nesse sentido, o uso da ACD contribui para a identificação não apenas do exercício de poder na mídia, mas também, o abuso de poder. Segundo Santos (2007, p.22 e 23) a ACD não atua apenas de forma descritiva e analítica: “a proposta tem uma tarefa, um papel social de elucidar e compreender os problemas sociais, bem como de identificar situações de exclusão, podendo contribuir para a busca de soluções”.

Com relação à observação das fontes, ela se torna fundamental nesse estudo porque fornece pistas sobre o enquadramento escolhido pela emissora e, conseqüentemente, são determinantes na construção discursiva a respeito da intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro, em 2018.

Entman (1993 ENTMAN, 1993, p.52 apud ECHEVERRIA, 2016, p. 2) entende que esse tipo de seleção, resulta no silenciamento de determinados aspectos de um fato “e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de maneira a promover uma definição particular do problema, interpretações causais, avaliações morais e/ou recomendações de tratamento para o item descrito”.

Então, neste artigo que trata da análise de dois programas do Jornal Nacional, recortando as matérias que trataram da ocupação militar na cidade do Rio de Janeiro é significativa a reflexão sobre os discursos ocultados a partir da ausência de determinadas fontes, para a construção do discurso da TV Globo. Nessa estratégia o *newsmaker*, segundo Mauro Wolf (1999) opera como um forte auxiliar na definição da notícia. Porém, a partir de critérios, seleções prévias que definem o potencial de noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento. Critérios esses que, no nosso entendimento, potencializam determinados discursos.

Afora essa questão, Shmitz (2011) alerta para o desequilíbrio entre o poder limitado dos/as jornalistas em pautar temas da atualidade em relação ao poder das fontes em pautar a mídia, uma demonstração de disputa de poder das fontes com o poder da imprensa. Para Shmitz (2011, p.10) nessa disputa as fontes - que podem ser oriundas do governo, políticos e empresas - desejam “estabelecer uma conexão estruturada para agendar os meios de comunicação e se comunicarem com seus públicos prioritários”. Quase sempre a ‘fonte pauteira’ tem a intenção de reduzir possíveis danos causados as suas imagens.

O início e o fim da intervenção militar

O Jornal Nacional de 16 de fevereiro de 2018⁴ dedicou 33 minutos do total de 47:39 exibidos na noite em que foi iniciada a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro. Foram exibidas sete reportagens com aspectos distintos sobre a intervenção, em uma explícita edição sensacionalista. A primeira matéria foi longa, teve 8:51 minutos e o texto era uma justificativa do Governo Temer em iniciar a operação, motivada pelos casos de violência ocorridos no Carnaval. Em seguida, entrou uma fala oficial, a do então presidente Michel Temer, também justificando a ação. Em seguida o âncora leu um texto com a visão da emissora sustentando a necessidade da intervenção e mostrando a audiência os aspectos legais da ação militar. Este bloco foi encerrado com a apresentação do interventor, General Braga Neto, Comandante Militar do Leste.

A segunda matéria teve 6 minutos e o título foi: “Especialistas mostram efeitos práticos da intervenção na vida dos moradores”. Nessa matéria o apresentador procura responder à pergunta sobre o que muda na vida da população carioca e o repórter Pedro Bassan destaca os cinco artigos que vão mudar a vida de cinco milhões de pessoas. A primeira entrevista é com o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Ethegeyem afirmando que: “é fundamental que a população entenda e ajude o que se está fazendo” e, também: “Eu tenho certeza que a população do Rio está ansiosa, aflita, angustiada”. A segunda fonte ouvida foi o ministro da Defesa, Raul Jungman, que informa que ficará sob o comando do General Braga Neto “a Segurança Pública, a Secretaria, a Polícia Militar, a Polícia Civil, os bombeiros e o sistema prisional do Estado”. A terceira fonte foi o professor de Direito Constitucional da UERJ, Rodrigo Brandão, que reafirma a legalidade das atribuições do general.

⁴ No Intercom 2018, ocorrido em Joinville, as mesmas autoras deste artigo apresentaram um outro trabalho no qual analisaram as matérias veiculadas no jornal Nacional do dia 16 de fevereiro de 2018 sobre a intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida o repórter escuta outro *expert*, o professor de Direito Penal, da PUC/RJ, Breno Melargno, que diz que o decreto não vai provocar mudanças nos direitos dos cidadãos: “ao invés da pessoa ser abordada por um agente policial, ela pode ser abordada por membros das Forças Armadas. Tem que cumprir a Lei: pode pedir identificação, pesquisa sobre antecedentes criminais, mas só pode prender se a pessoa estiver em flagrante delito” (JORNAL NACIONAL, 2018a). Novamente Raul Jungman, é ouvido. Dessa vez para tratar da manutenção das formas de agir da segurança pública. Em seguida o diretor de Políticas Públicas da FGV, Marco Aurélio Ruediger, é consultado para reafirmar a decisão tomada. Outro *expert* é ouvido: o especialista em Segurança, Fernando Veloso, que atribui a causa da violência na cidade do RJ ao tráfico de drogas e a guerra entre as facções. Observa-se que por motivações distintas, todos os entrevistados apoiam a intervenção.

Somente na terceira matéria, que teve duração de 4:46 aparecem posições contrárias de parlamentares. O primeiro a falar foi o deputado Miro Teixeira (Rede-RJ). Ele afirma que a população necessitava de uma ação desse tipo. O senador Raimundo Lira (PMDB -PB) reitera a posição anterior: “vamos acreditar que vai dar tudo certo”. A voz de discordância é tímida e é da senadora Ana Amélia, do PP-RS que se diz “um pouco avessa aos radicalismos, às medidas extremas quando você tem outras opções. Como eu falei, a própria convocação da Força Nacional para operar emergencialmente”. Nota-se que nesta matéria o PT é tratado como uma unidade e somente foi ouvido o senador Humberto Costa, do PT-SE, que se mostrou veementemente contrário à ação militar. Já o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB -CE), defendeu a medida.

A jurista Cármem Lúcia Antunes Rocha, não expressou de forma objetiva sua opinião. A ONG Viva Rio defendeu a intervenção. Outro *expert* foi ouvido: o professor de Administração da Faculdade Getúlio Vargas, Rafael Alcadipani, que faz um questionamento pouco contundente. Ele fala que com a intervenção “nós vamos fazer uma alteração, uma mudança, substancial na lógica de se pensar em segurança pública no Brasil e no Rio de Janeiro especificamente” (JORNAL NACIONAL, 2018). A organização internacional Human Rights Watch foi a única fonte oficiosa a se opor à ação militar no RJ.

A quarta matéria teve a duração de 3:06 minutos, quando então o comandante da operação, o General Braga Neto é ouvido, prometendo desenvolver uma ação integrada das forças de segurança. Também nessa matéria é apresentado um perfil positivo do interventor. O Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Roberto de Sá, que deixou o cargo, também é ouvido, mas não fez uma fala contundente. Ele limitou-se a afirmar que os

problemas eram decorrentes da escassez de recursos. A quinta matéria, de 5:36 minutos, recebeu o título: “Tráfego e milícia crescem no RJ ante o fracasso de políticas de segurança. Tiroteios, assaltos, arrastões, balas perdidas, vias fechadas, PMs mortos: violência avançou sem enfrentar muita resistência”, (JORNAL NACIONAL, 2018a). Esta reportagem justifica a medida e mostra a cena de um assalto em um bar no bairro do Flamengo; traz o relato do caso de uma bala perdida que atingiu uma gestante e de outro assalto a uma idoso no carnaval. Todas as fontes ouvidas são colocadas como testemunhas de uma realidade caótica que exigiria uma ação imediata. Nessa matéria não são mostrados testemunhos dissidentes e sim o governador que faz um pedido à população e uma crítica à ausência do prefeito Marcelo Crivella, do RJ durante o carnaval. Observa-se que nem nesse momento algum/a morador/a das comunidades cariocas foi ouvido/a.

A sexta matéria durou 2:58 minutos e tratou da estratégia constitucional utilizada para legitimar a intervenção. Nela foi lido um texto, sem fontes externas, atestando que o Rio de Janeiro já havia recorrido aos militares para garantir a segurança interna e que, em 18 meses, outros estados buscaram esse expediente, totalizando 12 solicitações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOS). “Só nos últimos 18 meses foram 12 GLOS”. Por fim, a sétima e última matéria desse telejornal sobre a intervenção, durou 33 segundos e recebeu o seguinte título: “Temer garante a militares que não vai haver politização da intervenção. Processo será técnico e general Braga Netto terá total autonomia para comandar as ações no estado, diz presidente”.

Já o Jornal Nacional (2018b) veiculado na noite de 27 de dezembro de 2018, quando foi encerrada oficialmente a intervenção militar no Rio de Janeiro, teve uma duração total de 42:16 e, desse total, 3 minutos trataram desse tema. No lançamento, em fevereiro de 2018, a pauta ocupou 33 minutos de um total de 47:39. Essa notícia não estava entre as principais chamadas do telejornal de 27 de dezembro de 2018, anunciadas logo na abertura: “Morre no Rio, aos 81 anos, a cantora Miucha”; “E na Bahia, aos 93, Mãe Stela de Oxossi”; “A ilha italiana na Sicília vive o poder assombroso de um vulcão”; “Um aventureiro surpreende o mundo ao atravessar a Antártida sozinho e sem a ajuda de equipamentos”; “Brasileiros defensores dos animais conquistam mais instrumentos para agir”; “Novos casos de violência contra a mulher demonstram a importância de denunciar abusos”. Apesar disso, a reportagem sobre o fim da intervenção foi a terceira matéria exibida no primeiro bloco do jornal.

A reportagem recebeu o seguinte texto de abertura, lido pela repórter de bancada, Renata Vasconcellos, aos 6:02: “A intervenção federal na segurança pública do Rio de

Janeiro fez hoje uma solenidade de encerramento. Em 10 meses ela reduziu o número de assassinatos e roubos. Já o número de mortes em confronto com a polícia disparou”.

A reportagem segue com a imagem dos militares em um palácio, tendo como fundo o som de uma corneta. O texto em *off*, da repórter Lilia Teles, do RJ, traz a sequencia: “Uma cerimônia rápida para encerrar 10 meses de intervenção federal na segurança pública do Rio”. Agora, a imagem é de tanques passando por ruas, enquanto a reporter continua o *off*: “As tropas militares chegaram a uma das piores crises econômicas da história do Estado”. Logo, são apresentadas imagens de viaturas policiais sucateadas e a repórter continua o texto em *off*: “Salários da polícia em atraso, viaturas sucateadas, e muitas áreas dominadas pela violência (Esta última frase foi encoberta com imagens de tiros saídos de um fuzil)”.

Outras imagens de carros com soldados do Exército e carros da polícia encobrem o novo *off*: “De março a novembro de 2018 houve 208 operações policiais com apoio das forças armadas em comunidades do Rio. As estatísticas revelam redução em oito de 12 tipos de crimes”. Novamente, imagens de soldados e viaturas e novo texto em *off*: “Os homicídios dolosos, quando há intenção de matar, que estavam em alta desde de 2016, tiveram uma queda de 13,6%”. As imagens mudam. É a vez da imagem de um carro batido e de soldados em volta e *off* afirma: “O latrocínio, seguido de morte, caiu quase 34%”.

Uma imagem de um roubo de carga e infográficos ilustram o novo *off*: “O roubo de carga caiu 19%”. Nesse momento a imagem mostra militares nas ruas e um infográfico, com este texto em *off*: “O roubo de carro e a pedestres também caíram”. São mostrados os números da redução: 7,6% e 7,3% respectivamente. Novas imagens mostram militares em carros e helicóptero e um enterro à noite para cobrir o novo *off*: “Mas o crime subiu quase 40%. Nunca se matou tanto em confrontos com a polícia”. Em seguida aparecem imagens de uma favela com policiais nas ruas e um infográfico: “De janeiro a novembro 1.444 pessoas perderam a vida em ações policiais no Rio. Média de 4 mortes por dia”. Novo texto em *off* com imagens de militares armados na rua: “O gabinete de intervenção diz que as mortes aumentaram porque houve mais confrontos entre bandidos e a polícia”

Aos 7:40 a repórter Lilia Teles sai do *off* (que durou 1:38) e aparece com a cena de uma favela ao fundo, falando o seguinte texto: “A falta de dinheiro era um dos principais problemas para o enfrentamento da violência. Com a intervenção o Governo Federal destinou 1 bilhão e 200 milhões de reais para o Rio. A maior parte desse dinheiro,

que deve chegar a 90% amanhã, foi reservada, comprometida para a compra de viaturas, helicópteros, armamentos. Os 10% restantes, se não forem usados até segunda-feira, terão que ser devolvidos ao Governo Federal”.

A reportagem segue com uma entrevista com o General Laélio Andrade, Secretário de Administração da Intervenção: “Estamos trabalhando intensamente para chegar aos 100%. Nós poderemos ter a situação de algum processo (fala truncada do general)..., nós não conseguiremos encerrar até o dia 31”.

Na sequência entra outro *off* com imagens de militares andando pelas ruas, imagens de pessoas, um homem caminhando com duas crianças: “A quatro dias do fim da intervenção a população do Rio reconhece os resultados, mas ainda acha que há muito o que fazer”.

Durante a reportagem são entrevistadas duas pessoas nas ruas do RJ. O primeiro foi Silas Emílio, analista de sistemas que afirma: “Melhorou. A gente consegue ter uma sensação de mais presença, em alguns pontos da cidade, da polícia e até mesmo dos militares. Entretanto, existem algumas áreas que estão muito carentes e ainda precisam de mais atenção”. A segunda entrevista foi com a guia de turismo, Soraia Zacarias: “Eu acho que o Rio continua violento e alguma coisa mais eficaz tem que acontecer”.

Em seguida a edição corta para uma imagem do General Braga Neto e, novamente, entra um *off*: “O interventor General Braga Neto afirmou que a intervenção, que acaba no último dia do ano, cumpriu seu papel”. A matéria é encerrada com a fala de Braga Neto durante a cerimônia de encerramento da intervenção: “Atingiu todos os objetivos propostos, de maneira a recuperar na capacidade operativa dos órgãos de Segurança Pública e baixar os índices de criminalidade temos a convicção de que trilhamos um caminho difícil e incerto, mas cumprimos a missão”.

Análise

O primeiro telejornal objeto de análise nesse artigo deixou em evidência a priorização das fontes oficiais, não recorrendo a outros/as atores/as sociais que estavam debruçados sobre a questão, analisando criticamente os dados oficiais apresentados, como os relatórios elaborados pelo Observatório da Intervenção, ou o Fogo Cruzado, projeto que também apresentava avaliações diárias da ocorrência de tiroteios no Rio.

Observamos que no Jornal Nacional de 16 de fevereiro de 2018 a maioria das fontes ouvidas foram falas oficiais e, majoritariamente, masculinas. Apenas duas mulheres foram

ouvidas, uma parlamentar e uma juíza, ambas favoráveis à intervenção. Porém, a emissora demonstrou, mais uma vez, sua preferência por falas masculinas. Pelo menos duas outras pesquisas, também já haviam chegado a essa mesma conclusão⁵. Em pouco mais de 20 fontes, apenas cinco ou eram contrárias, ou tinham dúvidas quanto à eficácia da medida. Nesse sentido, observamos um alinhamento político explícito entre o que estava sendo informado e a posição do JN. Afinal a própria emissora, a TV Globo, apresentou, durante uma das matérias, a sua posição de apoio a medida.

Ainda no primeiro telejornal notamos um silenciamento total das vozes populares, dos discursos de moradores/as das comunidades, alvo da intervenção militar. Já no segundo, o silenciamento dessas fontes foi mantido, embora dois transeuntes, um homem e uma mulher tenham sido entrevistados/as. Na segunda edição sequer foi ouvido o interventor, o General Braga Neto, Comandante Militar do Leste, foi, apenas, retransmitida a fala dele durante a cerimônia de encerramento. Quem concedeu entrevista foi o General Laélcio Andrade, Secretário de Administração da Intervenção.

Notamos, no segundo telejornal analisado, uma preferência por imagens e textos em *off*, sendo que as imagens, majoritariamente, estavam ligadas às áreas militares e de segurança. Ou seja, eram visuais de elementos institucionais. Observamos, também, uma fragilidade da emissora em manter um apoio tão explícito, como foi no primeiro telejornal, diante do volume de problemas e falhas da intervenção militar. No primeiro Jornal Nacional analisado o meio, a TV Globo, tornou-se mensagem (fonte), quando o âncora leu a nota de apoio da emissora a aquela ação militar.

A parcialidade no segundo telejornal foi mantida ao ponto de nem mesmo a informação divulgada de que o número de mortes ‘disparou’ durante a ação foi explorada. No entanto, não foram apresentados dados sobre o perfil dos/as mortos/as, nem feitas comparações a partir de dados estatísticos. Atentamos para a intenção de uma blindagem da intervenção Militar na cidade do Rio de Janeiro.

Também nos chamou a atenção a grande diferença no tempo de duração das matérias sobre a intervenção na cidade do Rio de Janeiro, na edição da abertura e na de

⁵ **Mídia e educação:** o discurso da imprensa no debate das ações afirmativas para negros/as. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2007, de Céres Santos, e o **Mídia e Política:** análise do discurso na cobertura jornalística do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, TCC apresentado no Curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios/UNEB, 2016, de Jorge Luis da Silva Araújo.

encerramento – 33 e 3 minutos, respectivamente – o que corresponde a quase 90%. Embora as sete matérias veiculadas no primeiro telejornal serviram para reforçar uma posição de apoio à intervenção, elas formaram um conjunto que amalgamou vários pontos, enfoques da operação, o que não ocorreu no segundo telejornal analisado.

Apesar de o texto inicial mencionar o aumento do número de mortes, este assunto não é explorado, tampouco qualificam as principais vítimas e explicitam o significado desse perfil de morte. A única voz com algum nível de contestação foi uma pessoa entrevistada na rua, com uma fala muito concisa.

Apesar de parte de a mídia ter aderido ao discurso oficial de sucesso, muitos veículos realizaram uma cobertura crítica, privilegiando outras fontes. No dia 28 de dezembro, o jornal El País, sessão Brasil, publica a matéria intitulada “menos latrocínio e mais mortes por policiais. Qual é o legado da intervenção no Rio?” (BETIM, 2019), na qual ouve prioritariamente moradores de favelas que perderam parentes. Também traz os dados do Observatório da Intervenção. A matéria da Folha de São Paulo também foi na mesma direção: “Intervenção no Rio chega ao fim com menos roubos, mas sem reduzir mortes violentas” (BARBON, 2019). A reportagem escuta a coordenadora do Observatório da Intervenção, Silvia Ramos, e outras vozes dissonantes, porém dá destaque às outras forças policiais que compuseram a intervenção e suas discordâncias.

A manchete do jornal O Estado de São Paulo foi a seguinte: “Roubo cai e morte por polícia cresce no Rio sob intervenção”, seguida do subtítulo: “Exército deixa comando da segurança fluminense no dia 31; general fala em missão cumprida e especialistas criticam operações violentas”. (JANSEN, 2018.). Foram escutadas fontes divergentes, entre elas o laboratório de dados sobre violência urbana Fogo Cruzado e moradores da Vila Kennedy, uma das favelas que apresentaram os piores resultados após a intervenção. Em 28 de dezembro de 2018, o jornal Correio Brasiliense publicou matéria com o título: “Para especialistas, intervenção federal no Rio deixa saldo negativo”. Nesta matéria o jornal elenca os índices divulgados pelo exército, porém, entre as fontes divergentes da oficialidade, com espaço de destaque está o Observatório da Intervenção. Ao final escuta um especialista da FGV favorável a intervenção. Nenhuma fonte popular é ouvida, apenas especialistas.

Considerações finais

A parcialidade na veiculação das notícias no dia do início da intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro e no dia do anúncio do seu encerramento- em 16 de fevereiro de 2018 e no dia 27 de dezembro de 2018, respectivamente - é um dos dados que sobressaiu nesta pesquisa, assim como o alinhamento político do Jornal Nacional com a decisão da ação militar e a intenção de blindagem da iniciativa, ao não veicular nenhuma matéria crítica a intervenção, ou fontes não oficiais contrárias a ela, a exemplo das falas das comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro, as principais atingidas pela medida. Nesta questão destacamos que o Observatório da Intervenção realizou um trabalho de divulgação de fontes junto aos meios de comunicação, como já apontamos acima, no sentido de ampliar a pluralidade e dar destaque aos principais atingidos.

Essa postura tendenciosa coloca em risco as reflexões, os estudos e os embates calorosos sobre o papel social dos meios de comunicação. Por outro lado, não deixam dúvidas sobre a hegemonia política dos grandes mídias, com os segmentos, que, segundo Dijk, exercem o poder e o abuso do poder na veiculação doutrinária de suas ideias e práticas colonizadoras.

Referências bibliográficas

ALVES, Raoni. Cerimônia marca fim da intervenção federal no RJ: 'Cumprimos a missão', diz general. Em quase 11 meses de comando das Forças Armadas, roubos tiveram redução, mas mortes em ação policial subiram. Intervenção gastou 74% de R\$ 1,2 bi e tem até 31 para empenhar restante. G1 Rio. 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/27/cerimonia-encerra-intervencao-federal-na-seguranca-do-rj.ghtml>. Acessado em: 5 de maio de 2019.

BARBON, Júlia; Intervenção no Rio chega ao fim com menos roubos, mas sem reduzir mortes violentas. Folha de São Paulo, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/intervencao-no-rio-chega-ao-fim-com-menos-roubos-mas-sem-reduzir-mortes-violentas.shtml>. Acessado em 5 de maio de 2019.

BETIM, Felipe. Menos latrocínio e mais mortes por policiais. Qual é o legado da intervenção no Rio? EL PAÍS, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/politica/1545875863_659881.html. Acessado em 25 de maio de 2019.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DIJK, Teun Van. *Discurso e Poder*. Editora Contexto, 2015.

_____. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Paidós Comunicación, 1997.

ECHEVERRIA, Renata. **O Nordeste no Jornal Nacional: enquadramentos e organização do conteúdo noticioso**. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1634-1.pdf. Acesso em: 10.06.2018.

FOGO CRUZADO. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/>. Acessado em 2/4 de 2019.

GIF – Gabinete da Intervenção Federal. Disponível em:

<http://www.intervencaofederalrj.gov.br/intervencao/entenda-a-intervencao-federal>. Acessado em: 26/05/2019.

- JANSEN, Roberta. Roubo cai e morte por polícia cresce no Rio sob intervenção. Exército deixa comando da segurança fluminense no dia 31; general fala em missão cumprida e especialistas criticam operações violentas. **O Estadão**, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,roubo-cai-e-morte-por-policia-cresce-no-rio-sob-intervencao,70002659693>. Acessado em: 5 de maio de 2019.
- JORNAL NACIONAL, 16 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6509708/>. Acessado em: 5 de julho de 2018.(a)
- JORNAL NACIONAL, 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7243034/>. Acessado em 2 de maio de 2019. (b)
- KAFRUNI, Simone. Para especialistas, intervenção federal no Rio deixa saldo negativo. **Correio Brasiliense**, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/28/interna_politica,727643/para-especialistas-intervencao-federal-no-rio-deixa-saldo-negativo.shtml. Acessado em: 04 de abril de 2019
- NUNES, Pablo. Mudar o que se conta. Semear Perguntas, Plantar dúvidas. In: RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf. Acessado em: 5 de maio de 2019.
- PAIVA, Anabela. Semear Perguntas, Plantar dúvidas. In: _____
- SILVA, Pedro. O “Sucesso da Intervenção Federal”. In: _____
- RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf. Acessado em: 5 de maio de 2019
- SANTOS, Ceres; SANTOS, Márcia. **As fontes do Jornal Nacional na cobertura da intervenção militar no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 2018: uma narrativa de mão única**. Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2018, Joinville. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2358-1.pdf>. Acessado em: 25 de maio de 2019.
- SANTOS, Céres. **Mídia e educação: o discurso da Imprensa no debate as ações afirmativas para negros/as**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação, do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2007.
- TEIXEIRA, Wesley. Um Conselho para um Observatório. In: RAMOS, Silvia (coord.). **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf. Acessado em: 5/5 de 2019.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Mass mídia: contextos e paradigmas. Lisboa, Editorial Presença, 1999.